

A Aliança Luso-Britânica: linhas de força de um relacionamento secular

Mário Godinho de Matos

As alianças são geralmente consideradas como constituindo acordos formais entre dois ou mais Estados com o objectivo de cordenar os respectivos posicionamentos face à eventualidade de ocorrências específicas. Trata-se basicamente de uma troca de autonomia por uma garantia de apoio. As dinâmicas das alianças podem levar ao “abandono” por parte de um aliado ou para um “arrastamento” em direcção a um conflito contrário aos interesses de alguma das partes.

“Historicamente Portugal beneficiou da Aliança para conter a influência de Castela e para garantir a articulação com as suas colónias dispersas por um vasto império marítimo(...)”

A Aliança Luso-Britânica data de 1373 e mantém-se válida porque assenta em fortes raízes geopolíticas. O primeiro-ministro inglês Lord Palmerston, em meados do século XIX, define assim o que a Aliança luso-britânica representava para a Inglaterra: “800 quilómetros de costa marítima acolhedora para a sua esquadra na passagem para o Mediterrâneo. Lisboa nas mãos de um inimigo era fatal para Inglaterra”.

Historicamente Portugal beneficiou da Aliança para conter a influência de

Castela e para garantir a articulação com as suas colónias dispersas por um vasto império marítimo de primordial importância estratégica para os interesses anglo-saxónicos no Mundo.

Portugal e o Reino Unido enfrentam agora o desafio de adaptar a Aliança, que perdura desde o século XIV, aos novos desafios impostos por uma Ordem Mundial multifacetada.

Do início ao pós-restauração da independência

O Governo britânico apresentou ao Parlamento, em meados do século XIX, a lista de todos os Tratados que constituíam compromissos assumidos e que implicassem “intervenção armada ou subsídio pecuniário” para com os países com quem haviam sido celebrados.

Dessa lista haverá que destacar, pela sua relevância, os seguintes convénios celebrados com Portugal, entre os séculos XIV e XVII:

- O mais antigo “Tratado primeiro de Paz e Amizade” de 1373”, entre D. Fernando e Eduardo III de Inglaterra, no qual se lê que “nenhuma das partes ligará amizade com os inimigos, émulos e perseguidores da outra parte”.
- “Windsor – Tratado de Paz de 1386”, entre D. João I e Ricardo II de Inglaterra, é o que melhor corresponde ao “espírito” da Aliança pois, de acordo com o que se encontra estipulado, os amigos de uma parte são os

amigos da outra e, reciprocamente, os inimigos de uma são os inimigos da outra. Na sequência deste Tratado, realizou-se, em Fevereiro de 1387, no Porto, o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre.

- Após a Restauração da independência, o “Tratado de Paz e de Comércio de 1642”, entre D. João IV e Carlos I de Inglaterra, é a “base” da Aliança. A Inglaterra foi dos primeiros países a reconhecer a independência de Portugal, garantindo o necessário apoio na Europa. Fica também assegurada a liberdade de comércio.
- “Tratado de Paz e Aliança de 1661” entre D. Afonso VI e Carlos II da Grã-Bretanha. Foi o da “renovação” da Aliança e do casamento da Princesa D. Catarina com Carlos II de Inglaterra. A Princesa levou como dote Tânger e Bombaim. Fica estabelecida a obrigatoriedade de defesa de Portugal contra Castela e a Inglaterra alcança privilégios comerciais nas possessões portuguesas.

Século XVIII: Liga Defensiva e Methuen

No século XVIII, a diplomacia inglesa afasta Portugal da Espanha e da França e aproxima-o do seu grupo de aliados, prometendo a defesa da costa em termos precisos, como referido no “Tratado de Liga Defensiva de 1703”, entre Portugal, a Grã-Bretanha e os Estados Gerais dos Países Baixos.

Nesse mesmo ano, mas em Dezembro,

é assinado o “Tratado de Methuen”, também conhecido como o “Tratado dos Panos e Vinhos” sobre cujas vantagens comparativas existe abundante literatura, designadamente as apreciações feitas por Adam Smith no seu livro “Wealth of Nations”.

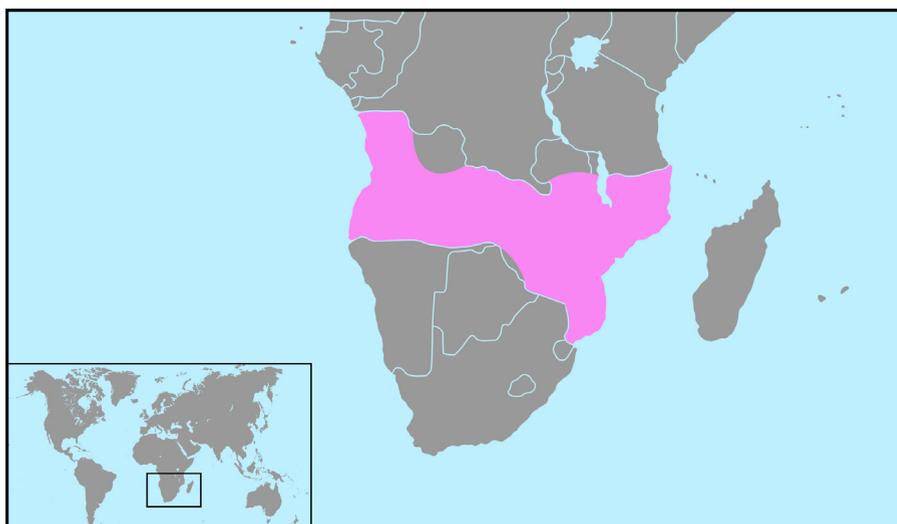
O diploma contém apenas três artigos: o primeiro é relativo à admissão perpétua em Portugal dos lanifícios ingleses; o segundo à redução perpétua de um terço dos direitos que incidissem sobre os vinhos franceses a favor dos vinhos portugueses; o terceiro às ratificações do Tratado pelas duas partes.

Século XIX: Bloqueio Continental e Ultimato

Por ocasião do bloqueio continental, decretado por Napoleão, que visava o encerramento dos portos portugueses aos navios britânicos, as autoridades inglesas tomaram posições favoráveis a Portugal. Participaram na guerra peninsular (1807-1814) e assinaram, em 1807, uma “Convenção Secreta” sobre a transferência da Monarquia Portuguesa para o Brasil. Essa coincidência de interesses constituiu, naquela conjuntura, um garante da estabilidade da Aliança.

O “Ultimato Inglês”, de 11 de Janeiro de 1890, revelou-se um momento muito complicado do relacionamento entre os dois aliados. Tomou a forma de um “Memorando” que exigia a Portugal a retirada das forças militares do território compreendido entre as colónias de Angola e Moçambique, conhecido como “mapa cor-de-rosa”. A concessão de Portugal às exigências britânicas gerou um profundo descontentamento

Mapa cor-de-rosa



tamento social e levou à queda do Governo.

A 20 de Agosto do mesmo ano, o país é de novo sobressaltado pela assinatura do “Tratado de 1890 relativo a esferas de influência em África e a relações de amizade” que provoca nova vaga de indignação e protesto na opinião pública e que acaba por não ser ratificado. Em seguida, são abertos contactos tendo em vista a celebração de um novo Tratado que virá a ser assinado em Londres a 11 de junho de 1891.

A 14 de Outubro de 1899 (nove anos depois do Ultimato), foi assinada em Londres uma “Declaração Secreta” que transcreve parte do articulado do “Tratado de Paz e Comércio de 1642” e do “Tratado de Paz e Aliança de 1661” (mencionados anteriormente como constituindo a “base” e a “renovação” da Aliança, respectivamente). Fica deste modo reafirmava a vigência da Aliança.

Nessa “Declaração” é transcrito o artigo 1º do Tratado de 1642 que refere: “nenhuma das duas partes fará coisa alguma contra a outra... em terra ou no mar, nem consentirá ou aderirá em

guerra alguma, conselho ou tratados em prejuízo do outro”.

Igualmente se transcreve a primeira parte do artigo final do Tratado de 1661 no qual se diz explicitamente que o Rei da Grã-Bretanha “... promete e obriga-se a defender e proteger todas as conquistas ou colónias pertencentes à Coroa de Portugal contra todos os seus inimigos futuros e presentes”. A mesma Declaração menciona ainda que o Governo português “não proclamará a neutralidade na guerra anglo-boer” (1899-1902).

Os referidos dois Tratados do século XVII constituem, assim, os alicerces da Aliança que irá perdurar.

Conflitos mundiais e as colónias

No início do século XX, na sequência da visita de Eduardo VII a Lisboa (1903) e do Rei D. Carlos a Londres (1904), é assinado, a 16 de Novembro de 1904, um Tratado de arbitragem que ficou conhecido por segundo Tratado de Windsor e que proclamava no seu preâmbulo “a amizade e a aliança entre os dois países”.

No entanto, as tomadas de posição das autoridades britânicas, quando confrontadas com pedidos de reafirmação da Aliança, vão evoluindo para uma interpretação mais restritiva. Consideravam dispensáveis contactos adicionais sobre a natureza e extensão dos Tratados dado estar assegurada, na interpretação que deles faziam, a protecção das colónias portuguesas e do território continental contra qualquer ataque por mar.

A participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial possibilitou reafirmar a Aliança com a Inglaterra, afastar mais uma vez o “perigo espanhol” e garantir a integridade do império colonial. A Inglaterra moveu inicialmente influências para que o país não participasse activamente na guerra. Contudo, o regime republicano, movido pelo facto de já existirem combates entre tropas portuguesas e alemãs junto à fronteira sul de Angola e na fronteira norte de Moçambique, desde cedo, demonstrou interesse em tornar-se parte beligerante do conflito.

Mas o facto que determinou a entrada de Portugal nas hostilidades foi o pedido britânico, feito em nome da Aliança, em 1916, de apresamento de todos os navios alemães ancorados nos portos do continente, ilhas e colónias de Portugal. Esta decisão justificou a declaração oficial alemã de guerra a Portugal, emitida em 9 de Março de 1916.

Em Julho de 1931, o antigo subsecretário de Estado britânico, Joseph Chamberlain, afirma que a Grã-Bretanha é o “único juiz da oportunidade e da extensão” de qualquer auxílio a Portugal. Por seu lado, o embaixador Teixeira de Sampaio, então secretário-geral do

Ministério dos Negócios Estrangeiros, anota, em Agosto de 1933, que as autoridades britânicas têm “dificuldade em aceitar codificações rígidas e minuciosas e que a Aliança é para elas muito valiosa, mas não é ponto capital da sua política”.

“Com o Brexit, o Reino Unido transformar-se-á, muito provavelmente, num espaço económico dinâmico e tentará constituir-se um parceiro privilegiado dos Estados Unidos da América(...)”

Após o deflagrar da Segunda Guerra Mundial, o Governo português, em consonância com as autoridades inglesas, emitiu uma Nota a 1 de Setembro de 1939 na qual reafirma que a Aliança se mantém “intacta”, mas, uma vez que a Inglaterra não solicita a participação de Portugal, o país manter-se-á neutral. Através dum “aide-mémoire”, datado de 5 de Setembro, o Governo britânico confirmou esse entendimento que não excluiu a concessão de facilidades militares nos Açores em 1943.

Agressão a Goa e crise da Rodésia

A partir de 1945 e até à Revolução de 1974, em Portugal, as dificuldades no relacionamento decorreram essencialmente de problemas coloniais. Os dois principais foram a agressão por parte da União Indiana a Goa (1961) e a crise da Rodésia (1965).

No primeiro caso, existia a percepção, em Portugal, de que os Tratados celebrados no âmbito da Aliança nos confeririam o benefício da protecção britânica. No entanto, o Governo inglês, para além de discordar da política portuguesa que desencadeara o problema, tinha dificuldade em hostilizar um membro da Commonwealth. No segundo caso, o Governo britânico enfrentava uma rebelião de um território colonial e os interesses dos dois países eram diametralmente opostos. Para Portugal, dispor de um vizinho amigo na fronteira de Moçambique revelava-se de grande utilidade.

Integração Europeia e Defesa

As dificuldades postas por De Gaulle ao ingresso da Grã-Bretanha na Europa Comunitária levaram à criação da EFTA, em 1960. A ajuda britânica foi importante para o ingresso de Portugal naquele grupo restrito de países. A adesão de Portugal veio a revelar-se de grande utilidade naquela conjuntura, quer no plano comercial quer na aceitação então dispensada pela Europa. Também no processo de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) Portugal contou com o apoio da Grã-Bretanha. Sobretudo nos anos que mediaram entre a adesão de Portugal (1986) e o Tratado de Maastricht (1992) foi possível cooperar no âmbito da então CEE. A partir de Maastricht, as visões mais federalistas tendentes a transformar a anterior Europa das Comunidades e o aparecimento da moeda única fizeram com que as posições dos dois países comesçassem a divergir em algumas dessas áreas.

No capítulo da segurança e da defesa, designadamente no âmbito da NATO, e da relação transatlântica, que constitui um dos pilares da política externa portuguesa, existe uma ampla área de entendimento e cooperação entre os dois países.

Timor-Leste e Macau

Consolidada a democracia em Portugal depois do 25 de Abril e concedida a independência às cinco colónias africanas, ficaram por solucionar os casos de Timor-Leste e de Macau. Nos dois casos, Portugal pode beneficiar da influência inglesa no plano internacional enquanto membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No processo de transição de Macau (1999), dado o paralelismo com o caso de Hong-Kong, foram frutíferas as consultas entre os dois países com vista à transição daqueles territórios para a soberania da República Popular da China com o estatuto de Regiões Administrativas Especiais.

No conturbado processo que levou à independência de Timor (2002) a Inglaterra, sem se envolver directamente no assunto, impôs à Indonésia limitações à venda de armamento.

A Aliança no século XXI

Com o Brexit, o Reino Unido transformar-se-á, muito provavelmente, num espaço económico dinâmico e tentará constituir-se um parceiro privilegiado dos Estados Unidos da América (EUA). Ao mesmo tempo que reforçará o seu papel à escala global usando também a posição central que detém na Com-

monwealth. Sendo um dos chamados “five eyes” - a aliança de “intelligence” que reúne os EUA, Reino Unido, Austrália, Canadá e Nova Zelândia – e para além da relação especial com os EUA, as autoridades britânicas terão seguramente um papel relevante numa nova Ordem Internacional que parece estar a emergir. Sinal importante desse novo enquadramento internacional é o recentemente formado “AUKUS” que reúne a Austrália, Reino Unido e EUA e que se constituiu num instrumento para conter a China na região Ásia-Pacífico.

A Portugal, membro da União Europeia e da NATO, mas igualmente parceiro de uma Aliança que soube resistir às contingências de quase seis séculos e meio de existência, convirá certamente saber reforçar as relações bilaterais com o Reino Unido e, também por essa via, ver facilitada a sua inserção num mundo cada vez mais complexo.

Referências

- Almada, José (1946) *A Aliança Inglesa*, vols. I,II,III
Imprensa Nacional de Lisboa
- Hall Themido, João (2008) *Uma Autobiografia Disfarçada*. Instituto Diplomático
- Leite, Joaquim da Costa (1998) *Neutrality by Agreement: Portugal and the British Alliance in World War II*. *American University International Law Review* 14.
- Macedo, Jorge de (1962) *O Bloqueio Continental*. Delfos
- Moreira de Sá, Tiago (2015) *Política Externa Portuguesa*. FFMS